



JUDICIÁRIO

Eduardo tenta instigar os EUA contra Moraes

Um dia antes de ser julgado no STF por coação no curso do processo, deputado cassado afirma que ministro trata governo Trump como organização criminosa. Ele pede que a gestão americana retome sanções contra o magistrado

» FERNANDA STRICKLAND
» RENATO SOUZA

RS/Fotos Públicas



Eduardo Bolsonaro está nos EUA desde o início do ano passado e pressiona por sanções contra o Brasil e autoridades nacionais

Na véspera de ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por coação no curso do processo, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro partiu para o ataque e pediu aos Estados Unidos que retomem as sanções contra o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso dele na Corte. A sessão na Primeira Turma está marcada para hoje.

Numa postagem, em inglês, no X, Eduardo afirmou que o Supremo está se preparando para condená-lo em retaliação ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Também enfatizou que a Corte está tratando a administração norte-americana “como se fosse uma organização criminosa”.

Ao se dirigir diretamente a Trump; ao secretário de Estado, Marco Rubio; e ao secretário de Tesouro norte-americano, Scott Bessent, o deputado cassado pediu a reinstauração das sanções “contra o violador de direitos humanos Alexandre de Moraes”. Disse que a medida é “tanto necessária quanto urgente”. “Não sei quem aconselhou a suspensão dessas sanções, mas fazê-lo foi, no mínimo, um erro grave”, frisou. “Moraes está esperando o retorno de uma administração democrata radical nos EUA para que, juntos, possam fazer com você o que estão fazendo comigo hoje.”

Eduardo refutou as acusações de que é alvo e, novamente, tentou incluir a gestão Trump. “Eles alegam que cometi um crime ao me envolver com autoridades do governo americano. Tal alegação trata efetivamente a própria administração Trump como se fosse uma organização criminosa”, ressaltou.

“Eles desprezam a liberdade. Eles se opõem aos valores representados pela sua administração. E eles abrigam a mesma hostilidade em relação a você, a Rubio, a Bessent e a todos que servem no seu governo”, sustentou. “A história mostrou repetidamente que aqueles dispostos a silenciar seus adversários políticos dentro de seus próprios países não hesitarão em mirar qualquer um no exterior que se levante em defesa da liberdade”, acrescentou.

O deputado cassado responde à acusação de coação no curso do processo, por tentar interferir no julgamento da trama golpista, no qual seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro,

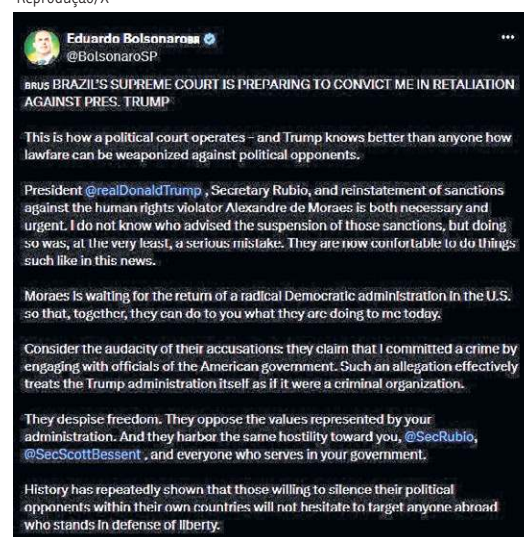
foi condenado a 27 anos de prisão por tentar derrubar a democracia.

De acordo com as investigações, o filho 03 de Bolsonaro, que está nos EUA desde 2025, atuou junto ao governo Trump para que fossem impostas sanções ao Brasil e a autoridades do país, em retaliação ao julgamento da trama golpista (leia Entenda o caso).

Negativa à DPU

Moraes rejeitou, ontem, um pedido da Defensoria Pública da União (DPU) para adiar o julgamento. O órgão alegava que a Primeira Turma não deveria analisar o caso sem sua composição completa e pedia a convocação de um ministro de outro colegiado para

Reprodução/X



Numa postagem em inglês, Eduardo Bolsonaro volta a pedir sanções dos EUA contra Moraes

Considere a ousadia de suas acusações: eles alegam que cometi um crime ao me envolver com autoridades do governo americano. Tal alegação trata efetivamente a própria administração Trump como se fosse uma organização criminosa”

Eduardo Bolsonaro, deputado cassado

preencher a vaga aberta.

Na negativa, Moraes afirmou que o regimento do STF exige a presença mínima de três ministros para a realização dos julgamentos e destacou que a atual composição atende ao quórum necessário. O ministro também observou que, em ações penais, eventuais empates favorecem o réu. A Primeira Turma é composta,

além de Moraes, por Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. O colegiado está com um integrante a menos desde a aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso — o escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar a vaga, o advogado-geral da União, Jorge Messias, foi rejeitado pelo Senado. (Colaborou Raphaela Peixoto)

Entenda o caso

Denúncia da PGR

A acusação da Procuradoria-Geral da República sustenta que o deputado cassado Eduardo Bolsonaro buscou apoio do governo norte-americano para impor medidas como sanções e tarifas ao Brasil em reação ao julgamento da trama golpista. As medidas incluíam a aplicação da Lei Magnitsky ao ministro Alexandre de Moraes, dispositivo que bloqueia bens e propriedades localizados no território americano e proíbe a entrada no país. A gestão Trump ainda impôs tarifaço de 50% a produtos brasileiros também supostamente em reação aos processos contra Bolsonaro.

Após negociações, o governo brasileiro conseguiu contornar parte das sobretaxas. Em dezembro passado, os EUA retiraram o nome de Moraes da Lei Magnitsky, assim como o da mulher dele, Viviane Barci de Moraes, e a empresa Lex Instituto de Estudos Jurídicos, que pertence à família do magistrado.

Segundo o procurador-geral da República, Paulo Gonet, Eduardo atuou de forma “continuada” para constranger ministros da Corte e interferir no andamento das ações relacionadas à tentativa de golpe de Estado.

“O inconformismo do réu materializou-se em atos concretos de hostilidade e promessas (efetivadas) de retaliação internacional, com o objetivo claro de paralisar as persecuções penais em curso, o que preenche integralmente os requisitos do tipo penal imputado”, destaca a PGR.

Morando nos EUA desde o início de 2025, Eduardo foi citado no processo por edital, ou seja, comunicado da ação penal por meio de uma publicação oficial. Como ele não apresentou advogado no caso nem defesa prévia, a Defensoria Pública da União (DPU) foi acionada, e uma audiência de instrução, com interrogatório realizado por videoconferência, marcada. O deputado cassado não compareceu ao depoimento.

AGU atua para defender ministro na Flórida

A Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou que vai requerer a intervenção do Brasil na ação judicial movida pelas empresas Rumble Inc e Trump Media & Technology Group Corp, dona da rede social Truth Social, contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O processo corre em um tribunal da Flórida.

Entre as empresas norte-americanas que processaram Moraes está a Truth Social, que pertence ao bilionário e presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. As plataformas acusam o magistrado de violar a soberania norte-americana.

Ao requerer intervenção, a AGU também alega violação de soberania, da brasileira. “O Brasil não consentiu e não consentirá com a apreciação de decisões de nossa

Retirada de postagens

O ministro Alexandre de Moraes é alvo das empresas americanas, entre as quais a que Donald Trump é dono, por causa das suas ordens para remoção de conteúdo nessas redes sociais. As plataformas acusam o magistrado de violar a soberania americana.

Suprema Corte por juízes de outro país. Decisões judiciais brasileiras devem ser cumpridas ou questionadas perante nossos próprios tribunais, de acordo com a lei processual vigente no Brasil”, escreveu a AGU, em nota à imprensa.

O órgão afirma que o objetivo da intervenção é que o processo seja anulado sem resolução de mérito. “Trata-se, em última análise, de uma tentativa de ofensa à soberania nacional e à independência do Poder Judiciário brasileiro”, completou. A AGU destacou que vai requerer ao tribunal da Flórida a habilitação do Estado brasileiro nos autos do processo.

A ação movida pelas empresas tem como alvo apenas Moraes, mas o Brasil passará a intervir a favor do ministro na ação por compreender que uma autoridade brasileira não pode ser submetida à jurisdição de tribunais estrangeiros.

“A medida tem por objetivo promover a defesa dos interesses do Estado Brasileiro e sustenta, sobretudo, que decisões judiciais proferidas pela Suprema Corte de nosso

país não podem ser questionadas perante tribunais de Estados estrangeiros”, explicou a AGU.

“A submissão de atos jurisdicionais soberanos à apreciação de cortes de outros países implica grave ofensa à imunidade de jurisdição, princípio consagrado no Direito Internacional e reconhecido também pelas leis dos Estados Unidos”, acrescentou a nota.

Em 22 de maio, a Justiça dos EUA autorizou as empresas a citarem Moraes por e-mail, ou seja, o aviso formal do processo.

A Corte americana aguarda a manifestação de Moraes na ação, ou eventual pedido de mais prazo. Se não houver resposta, as empresas poderão pedir o registro de revelia, o que pode abrir caminho para novas medidas no processo. (RS)

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Duas redes sociais processam Moraes em tribunal da Flórida